



**CADERNO INTERDISCIPLINAR DE REDAÇÃO COM
ORIENTAÇÕES PARA O ENEM**

Voltado a Estudantes e Professores de Cursos Técnicos Integrados
ao Ensino Médio

**LINGUAGEM, CULTURA, TRABALHO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Jean Carlos Neris de Paula
Rogerio Omar Caliari

Instituto Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica





JEAN CARLOS NERIS DE PAULA
ROGERIO OMAR CALIARI

**CADERNO INTERDISCIPLINAR DE REDAÇÃO COM
ORIENTAÇÕES PARA O ENEM, VOLTADO A ESTUDANTES E
PROFESSORES DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO
ENSINO MÉDIO**

**LINGUAGEM, CULTURA, TRABALHO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**VITÓRIA
2021**





Revisão

Jean Carlos Neris de Paula

Capa e Editoração Eletrônica

Luiz Felipe de Paulo

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

P324 Paula, Jean Carlos Neris de.

Caderno interdisciplinar de redação com orientações para o Enem, voltado a estudantes e professores de cursos técnicos integrados ao ensino médio [recurso eletrônico] : linguagem, cultura, trabalho e educação profissional e tecnológica / Jean Carlos Neris de Paula, Rogério Omar Caliari. – 1. ed. - Vitória : Ifes, 2021.

57 p. : il. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-8263-536-0 (*E-book*)

1. Ensino profissional. 2. Língua portuguesa – Redação. 3. Ensino técnico – Redação – Estudo e ensino (Ensino médio). 4. Ideologia – Educação – Estudantes. 5. Professores – Formação – Estudo e ensino (Ensino médio). 6. Exame Nacional do Ensino Médio (Brasil). I. Caliari, Rogério Omar. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 21 – 374.013

Elaborada por Marcileia Seibert de Barcellos – CRB-6/ES – 656





BREVE APRESENTAÇÃO DOS AUTORES

Jean Carlos Neris de Paula

Professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira desde 1994. Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo desde 2008. Graduado em Letras-Português e Pós-Graduado em Linguística, ambos cursados na Universidade Federal do Espírito Santo, e mestrando em Educação Profissional e Tecnológica no Ifes *campus* Vitória.

Rogério Omar Caliari

Graduado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (1992). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (2002) e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013). Atualmente é Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Atua principalmente nas seguintes áreas: Escola Família Agrícola, Família Camponesa, Pedagogia da Alternância, Educação do Campo e Práxis Pedagógica em contextos camponeses.





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 LINGUAGEM E CULTURA	8
2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ARTE	9
3 DENOTAÇÃO, CONOTAÇÃO E POLISSEMIA	10
4 TEXTO LITERÁRIO E TEXTO NÃO LITERÁRIO	12
5 A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM.....	13
6 TÓPICOS DE REDAÇÃO.....	15
6.1 VOCABULÁRIO	15
6.2 PARAGRAFAÇÃO	15
6.3 COESÃO E COERÊNCIA	16
6.4 VERBOS SIGNIFICATIVOS.....	17
7 TÓPICOS DE ARGUMENTAÇÃO.....	19
7.1 SENSO CRÍTICO E SENSO COMUM	19
7.2 GENERALIZAÇÃO DISCURSIVA.....	20
7.3 VISÃO PATERNALISTA DO ESTADO	20
7.4 USO DA COLETÂNEA DA PROPOSTA.....	21
7.5 INFORMATIVIDADE	21
7.6 CRIATIVIDADE	22
7.7 PESSIMISMO	22
7.8 PRECONCEITO.....	23
7.9 RADICALISMO	24
7.10 APELO RELIGIOSO	24
7.11 CERTEZA E POSSIBILIDADE.....	25
7.12 ASSUNTO, TEMA E TÍTULO.....	26
7.13 FALÁCIAS.....	27





8	TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	29
9	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	31
10	TIPOS DE TEXTO, GÊNEROS E SUPORTES TEXTUAIS	33
11	GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	36
12	PL 246/2019 “PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO” EM DEBATE .	38
13	ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO	44
14	AVALIAÇÃO POR PARES	45
15	BREVE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO AVALIADOS PELOS PARES.....	47
16	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS.....	55





APRESENTAÇÃO

Este Caderno Interdisciplinar de Redação se apresenta desenvolvido a partir de trabalho de pesquisa sobre a autonomia da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tensionando o PL 246/19 “Programa Escola” sem Partido.

O material busca oferecer apoio a estudantes e professores com orientações interdisciplinares para a Prova de Redação do Enem. Abordagens linguísticas, educacionais e sociológicas se articulam interdisciplinarmente neste trabalho.

O objetivo deste material de apoio pedagógico gira em torno da realização de debate temático com vistas a aprendizados dialogados.

Espera-se com esse trabalho o enriquecimento da EPT a partir da defesa da autonomia docente e discente centrada em aprendizado dialogado sobre tema de interesse público.

Uma ótima leitura a todos!!!



1 LINGUAGEM E CULTURA

A cultura, de forma geral, representa toda a ação humana que se mostra estendida de uma geração a outra. Para que ocorra tal transmissão geracional, a linguagem assume papel imprescindível. Por linguagem, entende-se a sistematização de sinais de que se utilizam os seres humanos na comunicação e interação. Pode a linguagem ser verbal, quando se utiliza da palavra, tanto falado quanto escrita, ou não verbal, quando se comunica sem o uso da palavra.

Desse modo, percebe-se que a linguagem promove a cultura e dela participa de modo indispensável:

Lembramos que a aceção de cultura que acionamos aqui é antropológica, em que cultura significa simplesmente o somatório de valores, comportamentos e crenças transmitidos coletivamente que caracterizam uma sociedade. Cada sociedade teria, assim, a sua própria cultura e não está implicado aí nenhum julgamento de valor quanto à qualidade estética ou intelectual das suas artes, da sua literatura, das suas instituições. A cultura seria todo o mundo inventado pelo homem, transformável no tempo e no espaço, pois diferentes sociedades produzem culturas diferentes (cultura brasileira, cultura nagô etc.). A diversidade cultural é característica do ser humano, assim como o é a diversidade linguística. (ALMEIDA, 2008, p. 103)

O estudo da linguagem demonstra que ela se apresenta de forma interdisciplinar, pois vai além da comunicação apenas:

Veremos a seguir dois modos de compreender a linguagem: como instrumento da comunicação/socialização humanas e como atividade do próprio pensar. É importante lembrar que uma compreensão mais diversa e ampla da linguagem é o caminho chave para acessar outros conhecimentos, sejam literários, semiológicos, antropológicos, pedagógicos etc. (ALMEIDA, 2008, p. 101)

A partir desses entendimentos, compreende-se que linguagem e cultura constituem a humanidade na estruturação consciente do pensamento/ação/trabalho da experiência de interação humana.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Citar exemplos de manifestações culturais.
2. Apresentar exemplos de manifestação da linguagem verbal e da linguagem não verbal.
3. Escrever uma reflexão sobre a importância da linguagem para a existência da cultura.





2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ARTE

Por ciência, de modo geral, pode-se entender a sistematização dos saberes humanos. O saber científico se apresenta rigoroso em busca da verdade provada. A tecnologia vem a ser a aplicação do saber científico:

No sentido mais específico da palavra, a ciência é aquele tipo de conhecimento que busca compreender verdades ou leis naturais para explicar o funcionamento das coisas e do universo em geral. É por isso que cientistas fazem observações, verificações, medições, análises e classificações, procurando entender os fatos e traduzi-los para uma linguagem estatística. E é aí que entra o método científico. [...] O método científico é, basicamente, um conjunto de regras para se realizar uma experiência, com o objetivo de produzir um novo conhecimento, além de corrigir conhecimentos pré-existentes. Essas regras são necessárias para coibir a subjetividade, direcionando a pesquisa para a produção de conhecimentos válidos – em suma, científicos. (GNIPPER, 2019, p. 1)

Já a arte, por seu aspecto de liberdade criadora e interpretativa, se mostra um tanto quanto diferente da ciência, tendo em vista o fato de não buscar verdades únicas, e sim apresentar possibilidades de sentimentos e criações interpretativas e múltiplas:

A arte possui a função transcendente, ou seja, manchas de tinta sobre uma tela ou palavras escritas sobre um papel simbolizam estados de consciência humana, abrangendo percepção, emoção e razão. A arte pode trazer indícios sobre a vida, a história e os costumes de um povo, de uma época, inclusive daqueles já extintos. Assim, conhecemos várias civilizações por meio de sua arte. (IMBROISI E MARTINS, 2021, p.1)

Em vista disso, nota-se que compreender ciência e arte significa entender o trabalho humano em todas as suas realizações.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Citar exemplos de combinação entre ciência e tecnologia.
2. Apresentar exemplos de manifestações de arte.
3. Demonstrar exemplos explicados de diferenciação entre ciência e arte



3 DENOTAÇÃO, CONOTAÇÃO E POLISSEMIA

Por denotação, compreende-se o uso da palavra em seu sentido convencional, básico, primeiro, previsto no dicionário. Por conotação, nota-se a palavra em uso sugestivo, criativo, inventivo, fora dos padrões dicionarizados. Dessa forma, percebe-se no texto científico a predominância da denotação, enquanto no texto artístico impera a conotação. Por polissemia, compreende-se a possibilidade de uma palavra ou expressão representar vários significados dentro de seu contexto de uso.

Nesse processo de uso da palavra, importa muito entender, no movimento interpretativo, em que sentido os vocábulos e expressões são empregados, visto que, por exemplo, a denotação, ao mesmo tempo em que se difere da conotação, compara-se com ela para formar sua significação, ou seja: antes de se atribuírem sentidos aos termos, necessário se faz analisar se a palavra está empregada em sentido denotativo ou conotativo:

De maneira geral, o sentido denotativo é utilizado na produção de textos que tenham função referencial, cujo objetivo é transmitir informações, argumentar, orientar a respeito de diversos assuntos, como é o caso da reportagem, editorial, artigo de opinião, resenha, artigo científico, ata, memorando, receita, manual de instrução, bula de remédios, entre outros. Nesses gêneros discursivos textuais, as palavras são utilizadas para fazer referência a conceitos, fatos, ações em seu sentido literal. (ARAÚJO, 2021, p.1)

Já o sentido conotativo, chamado de figurativo, enriquece o sentido denotativo, ressignificando-o, conforme salienta Araújo (2021), em contextualizações particulares de utilização das palavras. Os textos conotativos costumam ser polissêmicos, possibilitando mais de uma interpretação. Geralmente predominam em gêneros da arte literária e da publicidade, gêneros textuais que trabalham o enriquecimento expressivo de palavras e frases.

Exemplificando, quando se diz que o gato é um animal elegante, usa-se o sentido denotativo da palavra gato. E, quando se diz que Bruna Lombard é uma gata, nota-se o sentido conotativo, figurado, do termo gato, visto que a figura do gato é considerada como limpa, elegante, bonita. Assim, a conotação possibilita a sugestão interpretativa de forma polissêmica.





ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Demonstrar o uso de uma mesma palavra no sentido denotativo e no sentido conotativo.
2. Relacionar o sentido denotativo à ciência e o sentido conotativo à arte.
3. Escrever uma reflexão sobre a importância do uso da palavra em diferentes contextos, com objetivos diversificados de produção de sentidos ora mais livres ora mais precisos.





4 TEXTO LITERÁRIO E TEXTO NÃO LITERÁRIO

O texto literário é próprio da literatura, que representa a arte feita com palavras, em que se busca, no predomínio da conotação polissêmica, a sugestão com o máximo de possibilidades interpretativas. Já o texto não literário trabalha a denotação e se apresenta predominante no texto mais técnico, objetivo, científico, informativo.

No trecho do poema a seguir, de Luís de Camões, conforme exemplifica Araújo (2021), percebe-se o texto literário no predomínio do uso conotativo da linguagem, em tratamento artístico da palavra, de forma plurissignificativa, uma vez que o sentimento amor é tratado de forma conflituosa, comparativa, despertando sentimento contraditório, não objetivamente definido: “Amor é fogo que arde sem se ver; / É ferida que dói e não se sente; / É um contentamento descontente; / É dor que desatina sem doer.”

Já no texto não literário o que se busca é a definição, a objetividade, a comprovação. Araújo (2021, p.1) cita os seguintes exemplos de usos denotativos em frases não literárias.

- A professora pediu aos alunos que pegassem o caderno de Geografia.
- A polícia capturou os três detentos que haviam fugido da penitenciária de Santa Cruz do Céu.
- O hibisco é uma planta que pode ser utilizada tanto para ornamentação de jardins quanto para a fabricação de chás terapêuticos a partir das suas flores.
- Amor: forte afeição por outra pessoa, nascida de laços de consanguinidade ou de relações sociais.

Desse modo, surge o entendimento de que a compreensão da linguagem denotativa e conotativa em textos literários e não literários se faz relevante à leitura, interpretação e produção de textos em seus mais variados contextos. A Prova do Enem, por exemplo, solicita a produção de um texto não literário, que é a dissertação argumentativa.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Construir uma frase não literária e explicar o porquê de ser ela classificada como um texto não literário.
2. Elaborar uma frase literária e explicar o porquê de ser ela conceituada como uma construção frasal literária.



5 A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ocorre no Brasil desde 1998, abrangendo de modo interdisciplinar questões objetivas e Prova de Redação.

A Cartilha do Participante da Prova de redação de 2020 esclarece:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Essa proposta deve respeitar os direitos humanos. (BRASIL, 2020, p. 7)

A Prova de Redação, portanto, exige a escrita em prosa de texto dissertativo-argumentativo, em língua culta, e estabelece, basicamente, cinco critérios de avaliação: domínio da norma culta; compreensão da proposta de redação e aplicação de conceitos das várias áreas de conhecimento para o desenvolvimento do tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo; seleção, relação, organização e interpretação de informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; demonstração de conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; e elaboração de proposta de solução para o problema abordado, mostrando respeito aos valores humanos.

A prova também apresenta onze possibilidades de nota zero ou anulação: fuga ao tema; não atendimento à proposta estipulada ou escrita de texto que não se enquadre na dissertação argumentativa; apresentação de texto com sete linhas escritas ou menos ou 10 linhas em braile; exibição de cópia de fragmentos dos textos motivadores da coletânea do Caderno de Questões sem que haja pelo menos oito linhas de escrita própria; apresentação de impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação; números e sinais sem função clara; partes desconectada do texto; assinatura ou qualquer identificação de autoria; texto integral ou em partes em língua estrangeira; folha de redação em branco; e texto ilegível.



Este Produto Educacional pretende motivar debate temático ligado à Educação Profissional e Tecnológica tensionada com o PL 246/2019 “Programa Escola sem Partido”, propor a produção de texto de gênero argumentativo e trabalhar a avaliação por pares como importante recurso de desenvolvimento pedagógico. Também intenta apresentar exemplos de conteúdos adequados e inadequados de redação para o Enem e sugerir soluções de enriquecimento interdisciplinar na aprendizagem de leitura e produção de textos. O uso de adequação e inadequação se refere à escrita dentro dos parâmetros da norma culta, visto que a Prova de Redação do Enem estabelece a utilização da norma padrão da língua portuguesa.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Escrever uma reflexão sobre a importância do texto argumentativo no dia a dia das pessoas.
2. Comentar acerca da relevância da Prova de Redação do Enem.
3. Pesquisar sobre os processos de seleção usados para acesso ao ensino superior e à EPT e apresentar comentário de sugestão acerca de melhoria na seleção de vagas, conforme a realidade educacional brasileira.



6 TÓPICOS DE REDAÇÃO

Operadores textuais como vocabulário afim, conectivos sequenciadores, frases fragmentadas, organização paragrafal e outras peculiaridades da textualização marcam a abordagem deste Produto Educacional, uma vez que se faz relevante na produção textual o uso de variado e adequado vocabulário na elaboração precisa dos argumentos, de forma coerente e sequencial.

6.1 VOCABULÁRIO

O repertório de palavras empregadas em certos discursos contextualizados manifestam intencionalidades e estratégias.

Por meio das palavras empregadas pelos indivíduos já se rastreiam índices de escolaridade, cultura, crença. Isso caracteriza a interação social dos sujeitos pelas palavras empregadas em suas visões de mundo. Por isso se faz relevante a leitura na aquisição de repertório vocabular, pois o sentido das palavras se atrela a questões socioeconômicas, profissionais, religiosas e culturais.

Toscano (2018, p.1), sobre a questão do vocabulário na redação, recomendando leitura e escrita cotidiana, a fim de se evitar repetição de termos, apresentar repertório vocabular e confeccionar frases carregadas de lógica, salienta:

Então, se você quiser garantir uma boa nota na Redação do Enem, as dicas básicas são: ler e escrever muito. É fundamental criar o hábito de ler diariamente. Afinal, o seu vocabulário vai definir quão bem você consegue se expressar, tanto na língua falada quanto na escrita. Por isso, um bom **vocabulário** ajuda (e muito) na hora de escrever sua **redação**.

Entretanto, muitos brasileiros não reconhecem o devido valor da leitura, por isso apresentam limitação vocabular na expressão dos argumentos. Pela leitura, por meio do contato com as palavras e frases, experimentam-se internalizações de frases e discursos, melhorando-se o nível de conhecimento, o que proporciona maior espírito crítico e criativo na combinação textual dos saberes historicamente construídos.

6.2 PARAGRAFAÇÃO

Os parágrafos existem para organizarem as ideias apresentadas. Normalmente se orienta a organização de três partes articuladas: introdução, em que se apresenta a tese que será desenvolvida; desenvolvimento, em que se





desenvolve de modo mais aprofundado a tese apresentada inicialmente; e conclusão, em que se finaliza o texto consoante os argumentos abordados.

Azevedo (2019, p. 1) destaca a importância do parágrafo:

Parágrafo é a união de um grupo de frases dentro de um texto que é responsável por apresentar a ideia geral do autor ou um pensamento ou uma opinião específica. A formação correta de um parágrafo é de extrema importância para a compreensão do texto. A estruturação coesa de uma ideia está diretamente ligada ao emprego correto do parágrafo em um texto ou redação.

Sendo assim, entende-se que as ideias devem ser organizadas nos parágrafos para se mostrar argumento planejado, claro e sequencial.

6.3 COESÃO E COERÊNCIA

Conjunções, advérbios e preposições servem para ligar frases e parágrafos de forma coesa. Assim, a ligação de argumentos favorece a coerência no texto. Os conectores se mostram indispensáveis no encaminhamento das ideias.

Cada conector ou expressão conectiva tem seu uso adequado dentro do que se deseja encaminhar: finalidade (para, a fim de, com o propósito de, com o objetivo de...); explicação (pois, porque, visto que, uma vez que...); oposição (mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto...); conclusão (Portanto, logo, por conseguinte, por isso, por tudo isso, em vista disso, dessa forma, sendo assim...).

Diana (2020) apresenta uma lista de conectivos essenciais à coesão argumentativa:

1. Prioridade e relevância: Em primeiro lugar; antes de mais nada; antes de tudo; em princípio; primeiramente; acima de tudo; principalmente; primordialmente; sobretudo; a priori; a posteriori; precipuamente.
2. Tempo, frequência, duração, ordem ou sucessão: Então; enfim; logo; logo depois; imediatamente; logo após; a princípio; no momento em que; pouco antes; pouco depois; anteriormente; posteriormente; em seguida; afinal; por fim; finalmente; agora; atualmente; hoje; frequentemente; constantemente; às vezes; eventualmente; por vezes; ocasionalmente; sempre; raramente; não raro; ao mesmo tempo; simultaneamente; nesse ínterim; nesse meio tempo; nesse hiato; enquanto, quando; antes que; depois que; logo que; sempre que; assim que; desde que; todas as vezes que; cada vez que; apenas; já; mal; nem bem.
3. Semelhança, comparação ou conformidade: Iguamente; da mesma forma; assim também; do mesmo modo; similarmente; semelhantemente; analogamente; por analogia; de maneira idêntica; de conformidade com; de acordo com; segundo; conforme; sob o mesmo ponto de vista; tal qual; tanto quanto; como; assim como; como se; bem como.
4. Condição ou hipótese: Se; caso; eventualmente.





5. Continuação ou adição: Além disso; demais; ademais; outrossim; ainda mais; por outro lado; também; e; nem; não só; como também; não apenas; bem como.
6. Dúvida ou probabilidade: Talvez; provavelmente; possivelmente; quiçá; quem sabe; é provável; não certo; se é que.
7. Certeza ou ênfase: Por certo; certamente; indubitavelmente; inquestionavelmente; sem dúvida; negavelmente; com certeza.
8. Surpresa ou imprevistos: Inesperadamente; de súbito; subitamente; de repente; imprevistamente; surpreendentemente.
9. Ilustração ou esclarecimento: Por exemplo; isto é; ou seja; aliás.
10. Propósito, intenção ou finalidade: Com o fim de; a fim de; como propósito de; com a finalidade de; com o intuito de; para que; a fim de que; para; ao propósito.
11. Lugar, proximidade ou distância: Perto de; próximo a ou de; justo a ou de; dentro; fora; mais adiante; aqui; além; acolá; lá; ali; este; esta; isto; esse; essa; isso; aquele; aquela; aquilo; ante, a.
12. Conclusão ou resumo: Em suma; em síntese; enfim; em resumo; portanto; assim; dessa forma; dessa maneira; desse modo; logo; pois; assim sendo; nesse sentido.
13. Causa, consequência e explicação: Por consequência; por conseguinte; como resultado; por isso; por causa de; em virtude de; assim; de fato; com efeito; tão; tanto; tamanho; que; porque; porquanto; pois; já que; uma vez que; visto que; como (no sentido de porquê); portanto; que; de tal forma que; haja vista.
14. Contraste, oposição, restrição, ressalva: Pelo contrário; em contraste com; salvo; exceto; menos; mas; contudo; todavia; entretanto; no entanto; embora; apesar de; ainda que; mesmo que; posto que; ao passo que; em contrapartida.
15. Ideias alternativas: Ou...ou; quer...quer; ora...ora.

O importante na coesão textual é usar de modo variado os sequenciadores, conforme cada frase e parágrafo, a fim de se mostrar o domínio da articulação das ideias.

6.4 VERBOS SIGNIFICATIVOS

O entendimento de que o verbo deve ser visto como o “coração” da frase se mostra muito relevante a quem escreve. Por isso os estudantes devem se capacitar como leitores que observam e colecionam verbos mais significativos e precisos para uso em seus textos. O uso abundante de verbos de ligação e de verbos generalizantes demonstram limitação vocabular. Nesse sentido, Montoia (2019, p.1) afirma: “Utilizar o verbo corretamente em cada caso torna seu texto mais preciso!”

Como os verbos de ligação, “ser” e “estar”, por exemplo, apenas ligam o sujeito ao seu predicativo, eles não se manifestam portadores de muito sentido. Assim, para exemplificar, em vez de se afirmar que “A gravidez na adolescência ‘é’ um problema social”, pode-se trocar o verbo “ser”, como sugestão, por “representa”,





“constitui”, “revela”, “apresenta”, “demonstra” ... Dessa forma, verifica-se que a frase “A gravidez na adolescência ‘revela’ um problema social” utiliza um verbo mais significativo e preciso, fugindo de textos escolares comuns que se utilizam em abundância dos verbos “ser” e “estar”.

Verbos genéricos também devem ser evitados, tendo em vista, por se apresentarem bastante funcionais, incidirem com muita frequência no texto, comprometendo a qualidade criativa da textualização. O verbo fazer, por exemplo, pode ser substituído por verbos mais precisos às frases, evitando sérias limitações na utilização dos verbos. Assim, em vez de “fazer” casas, melhor seria “construir” casas; em vez de “fazer” torresmo, “fritar” torresmo; em vez de “fazer” sexo, “manter” relação sexual; em vez de “fazer” sala, “receptionar”. Claro que essas orientações se voltam para um uso mais formal da linguagem, como é o caso da Prova de Redação do Enem, visto que em contextos coloquiais a fala se mostra mais livre de formalidades.

Importante se mostra o reconhecimento da necessidade de se empregar, em textos mais padronizados, verbos significativos, precisos e variados, pois o verbo confere à frase mais precisão de sentido.



7 TÓPICOS DE ARGUMENTAÇÃO

O senso comum, a generalização apressada em palavras totalizantes, a abordagem paternalista do governo, a utilização adequada da coletânea de textos da Prova de Redação do Enem, a importância da informação, a apresentação criativa das ideias, a negação do pessimismo, o condenável preconceito, a evitação do radicalismo e da intolerância, o desaconselhado apelo religioso e outros aspectos argumentativos não recomendados na redação se fazem analisados neste caderno, demonstrando que temas socioculturais precisam ser trabalhados na escola de forma interdisciplinar, uma vez que ler e escrever, conforme Guedes et al. (2004) deve ser responsabilidade de todas as disciplinas, visto que há textos de História, de Geografia, de Matemática, de Química, de Física, de Educação Física, de Biologia, de Filosofia, de Sociologia, de Literatura e de todas as matérias. Portanto, trabalhar a leitura e a produção de textos não pode ser tarefa apenas dos professores de Língua Portuguesa. A redação deve ser considerada, assim, matéria interdisciplinar. Não sem razão o Enem exige na avaliação dos textos da prova a aplicação de conhecimentos de várias áreas do conhecimento.

7.1 SENSO CRÍTICO E SENSO COMUM

Esclarecendo a presença da argumentação no dia a dia da sociedade, CARRAHER (1983) traz orientações relevantes a uma análise crítica dos mais variados tipos de argumentos. Fuga de clichê e de lugar-comum a partir de reflexões aprofundadas dos conteúdos discursivos tendenciosos se fazem importantes para o senso crítico contrário à manipulação. O autor apresenta a importância da lógica do pensamento contrário à falácia. Sua base revela a valorização da validade, da verificação, do contexto de intenção, tudo em busca da verdade analítica.

Com essa criticidade, exemplificando, discursos como “ninguém faz nada na política do Brasil” e “Quem espera sempre alcança” representam repetições de senso comum não adequadas a um texto que se pretende crítico. Afinal, argumentos pré-fabricados em clichês comprometem a qualidade argumentativa dos textos. Frases feitas, portanto, tiram a criatividade crítica dos argumentos.





7.2 GENERALIZAÇÃO DISCURSIVA

Quando se afirma que “todos os políticos são iguais” ou que “todos os professores são iguais”, ou que “todos os pastores são iguais”, usa-se a falácia da generalização, argumento catalogado como erro de lógica de pensamento. A verdade é que pessoas e profissionais manifestam características próprias que precisam ser consideradas sem o pré-conceito da generalização. Desse modo, na arte de se argumentar, termos generalizantes podem comprometer a qualidade da argumentação. Assim, FECHUS (2018, p. 1) recomenda:

Palavras totalizantes, como “sempre”, “tudo”, “nada”, “todos”, “ninguém”, “jamais” ou palavras de sentido coletivo, como “população”, “família”, “sociedade”, “juventude”, são armadilhas para as generalizações.

Assim sendo, nota-se a necessidade de se tomar cuidado com as generalizações no processo de argumentação.

7.3 VISÃO PATERNALISTA DO ESTADO

É muito comum nas redações escolares do Enem, quando os alunos são convidados a apresentarem intervenções aos problemas apresentados, o surgimento de propostas de responsabilização apenas do Estado. Desse modo, cobra-se somente do governo solução para variados temas de interesse coletivo. O problema disso está em não se apresentar a importância do envolvimento da sociedade nas discussões de enfrentamento de dificuldades.

Deve-se exigir do Estado o cumprimento de seus deveres, sim, mas também a sociedade precisa se envolver nos assuntos e nas ações que impactam em todos os cidadãos, afinal a cidadania significa o cidadão cumprir seus deveres e exigir seus direitos em busca do melhor para a cidade. O bem-estar coletivo, portanto, significa atuação política.

Nessa perspectiva, Kolody, Luiz e Rosa (2011), defendendo a democracia participativa, por meio da interlocução entre sociedade e Estado, apresentam a ideia de controle social das políticas públicas na valorização de conselhos setoriais, afinal a fiscalização e o acompanhamento do uso dos recursos públicos se fazem necessários. Os autores contestam a democracia representativa que limita as ações da sociedade, quando as ações são deliberadas pelos representantes, sem o envolvimento dos cidadãos. Assim, defendem a





democracia participativa, a qual possibilita à sociedade civil organizada maior protagonismo social. Desse modo, fortalecer a democracia integral significa a defesa da promoção de cidadãos eivados de direitos civis, sociais e políticos.

7.4 USO DA COLETÂNEA DA PROPOSTA

As propostas de produção de texto da Prova de Redação do Enem apresentam uma coletânea de textos usada para se introduzir o tema em debate. Essa coletânea deve ser usada pelos estudantes, entretanto os textos dos alunos não podem trazer cópia nem integral nem de partes dos textos apresentados nela. Inclusive, um os critérios utilizados para zerar a avaliação do texto diz respeito ao uso da coletânea: exibição de cópia de fragmentos dos textos motivadores da coletânea do Caderno de Questões sem que haja pelo menos oito linhas de escrita própria. Assim, recomenda-se, na escrita do texto da prova, a leitura da coletânea e a discussão de pelo menos um dos aspectos motivadores de debate apresentados nela, demonstrando aos avaliadores a atenção dada à prova, mas sem cópias de trechos, os quais são desconsiderados no texto quando ocorrem. Deve-se demonstrar índice de autoria, em redação própria.

7.5 INFORMATIVIDADE

Não se lê um texto apenas para se verificar nele a sua correção gramatical. Embora os aspectos linguísticos sejam parte importante da avaliação da Prova de Redação do Enem, nota-se relevante avaliação no tocante às informações que o texto traz. Nesse sentido, observa-se a importância da leitura para quem escreve, uma vez que a escrita revela o nível de informação de seu autor sobre o tema abordado por ele.

A Cartilha do Participante da Prova de Redação do Enem de 2020 cobra dos inscritos, na escrita do texto, o entendimento da proposta de produção de textualização argumentativa e o emprego, na defesa de uma ideia, de conceituação de variadas áreas do saber. Para isso, exige-se seleção, relação, organização e interpretação de informações, fatos, opiniões e argumentos.

Essas orientações acerca de critérios de avaliação de conteúdo argumentativo mostram que, para se escrever bem, é preciso ser bom leitor, antenado em temáticas interdisciplinares.





7.6 CRIATIVIDADE

Considerando que não se pode ensinar criatividade, uma vez que ser criativo significa não seguir regras, e considerando ainda a massificação midiática, que uniformiza pensamentos e ações, isso tudo somado a pouca dedicação à leitura de muitos estudantes, nota-se a dificuldade de se encontrarem textos estudantis criativos, uma vez que grande parte dos estudantes apresentam argumentos que não resistem a uma análise crítica, geralmente baseados em senso comum e frases prontas. No texto do Enem, que exige o emprego da norma culta, deve-se evitar linguagem informal, palavras vagas, sem conteúdo preciso, como “algo”, “coisa”, chavões e expressões prontas, que caracterizam pensamentos pré-fabricados, representando falta de profundidade temática.

Essa necessidade exige dos professores uma postura crítica em sala de aula quanto à negação de marcas da não criatividade. Os professores precisam desaconselhar na argumentação o uso de generalização, de pleonismo vicioso, de repetição de palavras, de frase feita, de informalidade discursiva, ou seja, os professores devem mostrar o que caracteriza a falta de criatividade. Perez (2020, p. 1) explica a questão da originalidade textual:

Ser original não significa apresentar ideias mirabolantes e soluções impraticáveis. Ser original significa evitar o senso comum, formado por conceitos superficiais reproduzidos sem que haja reflexão e problematização do assunto. Dizer que “todos os políticos são corruptos”, que “os governantes precisam se mobilizar” ou que “é preciso que a população se conscientize” não agrega absolutamente nada de novo ao discurso, apenas faz do texto mais um entre tantos outros parecidos. Não existe uma dica mágica que fará de você um exímio escritor da noite para o dia; quem quer redigir bons textos precisa ler, buscar outras vozes, outras opiniões, descobrir e apreciar os diversos gêneros textuais na busca pelo conhecimento e pela originalidade.

Dessa maneira, evitando-se a falta de criatividade, pode-se chegar a um texto considerado original e, portanto, criativo.

7.7 PESSIMISMO

O pessimismo manifestado em textos sem profundidade temática não resulta em boas notas na prova de Redação do Enem, visto que os avaliadores buscam a evidência de argumentação demonstrativa de formação escolar adequada, com apresentação de conhecimentos, de informação, de espírito crítico e criativo. Em





suma, o texto bem-avaliado precisa mostrar condições de se discutir um assunto de forma articulada ao saber apreendido das mais variadas disciplinas.

Assim, frases exageradas e radicais como “Nada soluciona a corrupção brasileira” e “Tudo vai piorar na política do Brasil” não são consideradas críticas, originais, profundas e adequadas. Prado (2017, p. 1), explicando os objetivos da prova de redação, explica a intenção de avaliar a articulação de informações, a análise de temática e a formulação de pontos de vista a partir de argumentação embasada, evitando-se radicalismo e extremismo sem contextualizações observadas:

Hoje, a maioria das propostas pede que o estudante faça uma reflexão ampla com base em um enunciado genérico e, então, escolha um recorte específico para argumentar e dissertar. Aqui, vale uma dica importante: evite radicalismos. Todo tema merece ser contextualizado e trazer diferentes aspectos. Mas, especialmente ao dissertar sobre assuntos controversos, é preciso ter parcimônia e evitar extremismos

Em vista disso, argumentos sem embasamento fundamentado, construídos com bases pessimistas generalizantes, podem e devem ser evitados.

7.8 PRECONCEITO

Mesmo sem intenção, as palavras empregadas em um texto podem manifestar preconceitos. Por essa razão, ao se discutirem temas ligados, por exemplo, à homossexualidade, ao racismo, ao machismo, à moda e a gosto e preferência particulares, faz-se necessário analisar os termos empregados, pois, muitas vezes o termo empregado pode revelar certo grau de preconceito, o que não contribui para uma argumentação eficiente.

A título de exemplificação, se se escreve uma frase como “As pessoas devem respeitar os homossexuais, pois a sexualidade deles é problema deles”, o termo “problema”, embora a ideia central da frase seja respeitar o homossexual, compromete a argumentação, demonstrando certa forma preconceito. Seguindo essa linha de análise de uso de certos vocabulários, Mèndez (2016) demonstra que a palavra “doméstica”, por exemplo, exhibe um racismo histórico, quando negros eram vistos como animais selvagens que deveriam ser domesticados. A autora, em seus estudos, apresenta vários termos e expressões que trazem raízes culturais de preconceito: “cor do pecado”, “mulata”, “pé na cozinha”,





“moreno”, “cabelo ruim”, “serviço de preto”, “mercado negro”, “magia negra”, “lista negra” e “ovelha negra”.

Desse modo, entende-se que ficar antenado quanto ao sentido dos termos que trazem culturalmente preconceitos se mostra relevante a quem deseja escrever e argumentar para convencer o leitor, a fim que o texto resista a uma análise crítica de vocabulário e conteúdo.

7.9 RADICALISMO

Ideias radicais de desrespeito aos direitos e valores humanos não recebem avaliações positivas no mundo da argumentação do Enem, pois o que se espera é a seleção e articulação contextual e conceitual de disciplinas ligadas ao mundo do conhecimento, não a apelações violentas de despeito ao ser humano na sua integridade. Nadai (2019) explica a importância de se evitar na argumentação ideia radical e extremista, visto que os avaliadores são orientados a observar a defesa com argumentos de uma tese calcada em posicionamento racional, objetivo, respeitoso e lógico, sem violenta emoção.

Assim, propostas que interligam saberes interdisciplinarmente são valorizadas. No mundo da escrita, ligado ao desenvolvimento dos saberes, busca-se a apresentação de propostas para grandes males sociais, a partir da compreensão histórica da ciência e da tecnologia e da cultura, pensadas como forma de se combater a ignorância e a violência verbal e física. Ideias de violento radicalismo, assim, são desaconselhadas por defenderem o contrário de inclusão, respeito, civilidade, tolerância, convívio pacífico de diferentes e união, afinal a proposta de intervenção da Prova de Redação do Enem exige respeito aos direitos humanos.

7.10 APELO RELIGIOSO

Considerando a pluralidade religiosa ligada à fé individual, recomenda-se o não uso de argumentos religiosos nas redações escolares, visto que a escola se liga, conforme explica, filosoficamente, Oliveira e Souza (2017), a espaço do *logos*, que é a razão, e não à *doxa*, que é a opinião ou crença comum. Para os autores, o espaço escolar compreende os aspectos culturais da religião, porém se pauta nos argumentos científicos. Por isso defendem a autonomia escolar na valorização do conhecimento.





Assim sendo, compreende-se a dificuldade de se avaliar um texto com apelo religioso, pois as crenças são múltiplas e não se articulam com provas ou experiências, e sim com aspectos individuais. Redações apoiadas em crenças não recebem boas notas, por essa razão se desaconselha a utilização de ideias religiosas na base da argumentação.

7.11 CERTEZA E POSSIBILIDADE

Quando se discutem temas, muitas vezes polêmicos, torna-se necessária a utilização prudente, conforme o contexto, pensando em possíveis questionamentos aos argumentos apresentados, de possibilidade e certeza. Isso se faz importante porque não se deve utilizar a certeza quando o mais adequado é a possibilidade.

Assim, como não se tem certeza quanto a resultados futuros, por exemplo, em vez de se afirmar que tal proposição vai trazer determinado prejuízo, melhor dizer que é possível que traga prejuízo, ou que existe a forte possibilidade de acarretar prejuízos. A respeito dos conectores de coesão argumentativa, Diana (2020) apresenta palavras e expressões que representam dúvidas e possibilidades, as quais resistem mais a análises críticas de temas complexos: é possível que, existe a possibilidade de, pode ser que, talvez ocorra, quem sabe possa ocorrer, provavelmente, possivelmente, é provável que, existe a probabilidade de...

Isso não significa que não se possa usar a certeza, mas que se torna importante escolher conforme a argumentação qual o mais adequado, a certeza ou a possibilidade. A certeza pode ser utilizada, sobretudo, quando a ideia apresentada se revela inconteste. Exemplo: A exclusão do processo educacional dificulta a aprendizagem do indivíduo. Assim, dificilmente se imaginam argumentos contrários a essa frase. Algumas palavras e expressões, conforme lista de conectores apresentada por Diana (2020) são muito usadas para se exprimir certeza: com certeza, certamente, inegavelmente, indubitavelmente, sem dúvida, por certo, inquestionavelmente...

Assim, a escolha entre empregar na argumentação certeza ou possibilidade se revela essencial ao texto que deseja resistir à avaliação crítica das ideias defendidas.





7.12 ASSUNTO, TEMA E TÍTULO

Ainda que se correlacionem, assunto, tema e título precisam ser compreendidos em suas particularidades. A não compreensão disso na proposta da Prova de Redação do Enem, por exemplo, pode comprometer a qualidade e a avaliação o texto em seu conteúdo.

Quando se trata de assunto, percebe-se uma abordagem mais genérica e abrangente, ao passo que, em se tratando de tema, nota-se uma apresentação mais particularizada e especificada. Já título diz respeito à escolha do autor conforme as ideias desenvolvidas no texto. Na textualidade, espera-se a criação de um título correspondente aos argumentos do texto, sem se aproveitar o assunto ou o tema na titulação, o que caracterizaria um título não criativo.

Sobre isso, Nunes (2016, p.1) destaca:

Constantemente percebe-se a confusão entre o que é assunto e o que é tema na Redação Enem. Você deve tomar cuidado, pois se isso não ficar bem claro, você poderá zerar sua redação. Vamos entender o que é cada um, então: O assunto tem um significado mais amplo, mais genérico e pode ser desdobrado em temas. Observe, por exemplo: Cidadania, Ecologia, Terrorismo, Horário Político; todos são assuntos, não há delimitação. [...] O tema é um recorte do assunto. Ele acarreta necessariamente um ponto de vista e dá margem à discussão. Não se esqueça de que nas redações são apresentados temas, portanto não fale da ideia geral, respeite o tema da Redação Enem.

Como exemplo disso, pode-se acompanhar o seguinte esquema: assunto (meio ambiente), tema (poluição das águas) e título (O líquido da vida). Ocorre que muitas redações aproveitam na sua titulação o assunto ou o tema, de forma repetida, e isso já caracteriza uma certa preguiça que demonstra falta de criação, gerando uma avaliação negativa do texto já no seu título. Por isso se faz importante criar um título consoante as ideias expostas na redação. Embora não seja regra, é muito recomendado que se construa primeiro o texto e, a partir da textualização pronta, possa se pensar um título adequado. O título se compara assim à nomeação do texto. Títulos criativos e provocativos costumam estimular muitas vezes a leitura do texto. Também convém destacar o risco de se fugir do tema quando se desenvolve o assunto sem se entrar na temática proposta, o que pode representar uma nota zero no Enem, por exemplo. Esses conhecimentos ajudam a quem argumenta na organização da apresentação textual.





7.13 FALÁCIAS

Por se constituírem como erros catalogados de lógica de pensamento, o conhecimento das falácias se faz imprescindível a quem pretende se aventurar no terreno da argumentação, a fim de não se apoiar em equívocos argumentativos elencados há séculos, o que pode invalidar toda uma construção de sentido. Para se lidar criticamente com os textos, conforme Botelho (2012), não se pode acreditar em tudo que se lê ou ouve, muito menos se apoiar no senso comum que repete há séculos frases sem uma análise atenta do que ela representa, na maioria das vezes que não resistem a uma avaliação crítica, visto que carecem de fundamentação consistente. Nesse sentido, as falácias são consideradas enunciações falsas, fraudulentas, engodos.

Botelho (2012) apresenta estudos ligados às tipificações das falácias: apelo à força, quando se intimida com frases feitas e se ameaça quem apresenta uma ideia, sem discuti-la; apelo à misericórdia, quando implora piedade sem se levar em conta a realidade dos fatos; apelo ao povo, quando se usa termos do tipo dizem, sabe-se, sugerindo que tal argumento procede apenas por ser corrente; apelo à autoridade, quando se pretende validar um argumento concentrado apenas na opinião de uma autoridade, sem se levar em conta que nem todas as autoridades concordam com tal pensamento, afinal autoridades também podem errar; apelo à novidade, quando se apresenta uma ideia ou produto como melhor apenas porque é novo, é lançamento; apelo à antiguidade; quando se objetiva mostrar um pensamento ou produto como bom somente porque é antigo; falso dilema, quando demonstram apenas duas opções para que uma seja escolhida como adequada, sendo que podem existir diversas alternativas; falso axioma, quando se apresentam frases feitas que representam verdades apenas aparentes, relativas; generalização não qualificada, quando se assume uma proposição generalizante, encerrando-se falsa, por não considerar as particularidades diferenciadas no sistema geral da argumentação; generalização apressada, quando se tira uma conclusão precipitada, sem se buscarem mais evidências, com base em poucas amostragens; ataque à pessoa, quando se pretende desvalorizar a pessoa que apresenta uma ideia, não o argumento apresentado por ela; bola de neve, quando se tiram conclusões a partir de fatos que não se relacionam, não se comprovam, apenas articulados





em aproximações de consequências indevidas; depois disso, logo por causa disso, quando se acredita erradamente que em dois eventos um resulta do outro, sem se pensar na possibilidade de os dois eventos não estarem articulados um ao outro, como ocorre com a superstição; falsa analogia, quando se comparam situações que não podem ser comparadas como gente e objeto, por exemplo; mudança do ônus da prova, quando se transfere a prova a quem duvida de algo, eximindo quem acredita em uma ideia de provar e exigindo de quem duvida a prova; falácia da ignorância, quando se tenta provar que algo seja certo apenas porque não se provou que seja errado; exigência de perfeição, quando se tenta desqualificar uma proposta por conta de alguma limitação apresentada por ela, sem se levar em consideração que nenhuma proposta se apresenta perfeita, sempre há que se considerar ajustes e limitações; questão complexa, quando se traz uma pergunta capciosa em pressuposição inadequada e indutiva ao erro, a qual se apresenta já com definição, mas que deve ser negada de antemão. Esses exemplos servem de instrumento lógico a todos que desejam trabalhar a argumentação, uma vez que o não conhecimento das falácias catalogadas pode levar o autor de um texto a se apoiar em uma falácia e ter assim a sua articulação argumentativa invalidada.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1 – Recolher frases como exemplos das falácias discutidas e analisar criticamente cada uma delas, apontando a falha de lógica de pensamento presente nelas.



8 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Considerar o trabalho como princípio educativo, segundo Ciavatta (1990) significa relacionar Trabalho e Educação. Para a autora, partindo de teorias marxianas, os aspectos formativos da ligação trabalho/educação ocorrem no desenvolvimento das potencialidades humanas. Sendo o homem um ser que se criou a partir do trabalho, pelo/no trabalho se desenvolvem atitudes humanizadoras de socialização e aprendizagens.

Ciavatta (1990) destaca a crítica à exploração capitalista do Trabalho e defende o Trabalho como raiz da produção expressiva do ser humano, expondo as contradições presentes no mundo do trabalho, que deveria ser a realização humana, não a sua exploração. Os valores de uso suplantados pelos valores de troca se mostram questionados.

Ciavatta (1990) destaca a ideia de alienação em Marx, quando o trabalhador se separa de sua própria totalidade produtiva, não se beneficiando do fruto do seu trabalho e sendo explorado em sua força de trabalho. Diante disso, a autora reflete sobre o princípio educativo do Trabalho na formação do ser humano em seu aspecto integral de combinação entre Trabalho e aprendizado.

Nesse sentido, Ciavatta (1990) demonstra criticamente alguns caminhos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ligada ao atendimento apenas ao mercado de trabalho. A referida autora se mostra defensora de uma EPT de formação humana para além do mercado, voltada a uma formação integral no desenvolvimento da pessoa humana. Apoiada na proposta de Marx de união entre instrução e trabalho, percebe-se em Ciavatta (1990) a defesa de uma escola pública, laica, gratuita e universal de qualidade. Por isso, não pode existir educação diferenciada para os trabalhadores e para a classe dirigente. Teoria e prática devem ser trabalhadas de forma indissociável.

Assim, considerar o princípio educativo do trabalho representa valorizar os aprendizados culturais, históricos, econômicos e sociais presentes no mundo do trabalho/educação e vivenciados na luta por formação omnilateral de dignidade humana.



ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Analisar a seguinte frase: O homem é um ser que se criou a partir do Trabalho e da linguagem.
2. Demonstrar como indissociáveis Trabalho e Educação.
3. Citar dois fatos históricos importantes para a luta da classe trabalhadora por direitos sociais.
4. Revelar a importância de se investir na Educação Profissional e Tecnológica omnilateral.
5. Sintetizar, em uma frase, com suas palavras, o que significa considerar o Trabalho como princípio educativo.





9 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) busca uma formação humana integral. Assim sendo, os saberes teóricos e práticos se mostram indissociáveis, e o princípio educativo do Trabalho se manifesta importantíssimo para a humanidade. A EPT, portanto, conforme Araujo e Frigoto (2015), valoriza o caráter libertário, emancipatório e político de uma Educação unitária de formação omnilateral dos indivíduos em sociedade.

Em vista disso, a EPT se mostra ampla na formação para a cidadania, sem se mostrar apenas voltada para o mercado. A classe trabalhadora deve conhecer o mundo do Trabalho, a fim de se conscientizar da importância de seu trabalho e da busca por justiça social. Pesquisas e práticas pedagógicas de ensino humanizado devem ser desenvolvidas.

As obras dos trabalhadores, conforme Barato (2008), merecem ser reconhecidas e valorizadas. O Trabalho não pode representar apenas busca de sobrevivência, e sim realização pessoal também.

A EPT, conforme Araujo e Frigotto (2015), requer a formação contextualizada e interdisciplinar de sujeitos críticos e conscientes, ancorados na transformação social, livres da doutrinação ideológica do mercado

Em vista disso, a Educação Profissional integrada requer uma formação omnilateral, integral, humana. Práticas integradoras, portanto, contextualizadas, interdisciplinares, precisam ser efetivadas de fato, a fim de se formarem cidadãos críticos, criativos, conscientes, livres das manipulações ideológicas do mercado capitalista exploratório. Dessa forma, o ensino médio integrado representa uma passagem à formação geral do ser humano, capaz de desenvolver uma identidade própria, uma organização coletiva, uma capacidade de aprender a aprender em diversos contextos interacionais da vida social e profissional. O ensino médio, assim, de acordo com Araujo e Frigoto (2015), se mostra interdisciplinar, contextualizado e comprometido com a transformação social.





ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Explicar o caráter emancipatório da Educação Profissional e Tecnológica defendido por teóricos da EPT.
2. Demonstrar a relevância da articulação entre as profissões para o benefício de todos, ou seja: exemplificar a interdependência das mais variadas formas de Trabalho na oferta de produtos e serviços aos cidadãos.
3. Questionar a diferença salarial presente no valor de troca, sem se considerar a importância do valor de uso.





10 TIPOS DE TEXTO, GÊNEROS E SUPORTES TEXTUAIS

Textos se constroem na articulação linguística e contextual de produção e recepção de mensagens. Fávero e Koch (2002), em seus estudos sobre texto, consideram o sentido lato, qualquer manifestação textual da humanidade, e o sentido stricto de uma textualidade, numa certa situação.

A intencionalidade do autor do texto guia sua finalidade em informar, influenciar, solicitar, persuadir, entre outras intenções. Basicamente, existem poucos tipos de texto que se manifestam em diversos gêneros textuais, nos mais variados suportes de texto. Desse modo, notam-se cinco tipos de texto: descrição (um retrato feito com palavras apresentando certas características do que se descreve); injunção (texto de orientação, recomendação, instrução, ordem ou conselho); narração (texto em que se narram/contam acontecimentos); exposição (texto que apresenta/expõe determinada questão, sem defesa de ponto de vista); e argumentação (texto em que se debate um tema com defesa de pontos de vista).

Poucos são os tipos de texto existentes, mas numerosos são os gêneros textuais, tendo em vista que estes se manifestam nos mais variados e surpreendentes suportes, já aqueles se repetem em sequências gramaticais recorrentes conforme as tipologias. Sendo assim, observam-se apenas cinco tipos de texto: a narração, a descrição, a exposição, a argumentação e a injunção.

Tais tipos de texto ocorrem em gêneros textuais diversos, os quais se mostram inúmeros, visto que dependem da funcionalidade dos textos e dos múltiplos contextos comunicacionais. Já que os indivíduos se comunicam constantemente, pois o ser humano se criou a partir da linguagem e do trabalho, a textualidade assume função essencial na vida das pessoas.

Cada textualização emprega a língua de uma forma, em dada contextualidade, com determinadas marcas discursivas. No entanto, as diversas possibilidades não caracterizam total liberdade de organização textual, tendo em vista que se faz necessária uma estabilidade linguística indispensável à comunicação. Nesse sentido, percebe-se a importância da compreensão dos gêneros textuais para a





ocorrência de uma leitura mais adequada ao contexto de produção do texto. Desse modo, a partir do gênero textual, com base em certas utilizações linguísticas, identifica-se, por exemplo, uma composição textual em contexto de sermão, discurso político, projeto de lei, anedota, romance, novela, propaganda, manual, receita de gastronomia, bula de remédio, entre outros gêneros, os quais se utilizam dos cinco tipos de texto aqui citados, como a narração, que pode se manifestar em piada, fábula, conto, crônica, entre tantas possibilidades; a descrição, que pode se inserir em classificados, autorretratos, cardápios, entre variadas opções; a exposição, que pode se observar em textos enciclopédicos, científicos, didáticos, entre diversas alternativas; a argumentação, que pode se identificar artigos de opinião, editoriais, teses, dissertações de mestrado, entre demais ocorrências; e injunção, que pode se apresentar em manuais, receitas, autoajudas, entre outras alternâncias. A respeito dos gêneros textuais, Marcuschi (2008, p. 2) destaca:

Partimos do pressuposto básico de que é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Em outros termos, partimos da ideia de que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. Essa posição, defendida por Bakhtin [1997] e também por Bronckart (1999) é adotada pela maioria dos autores que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais. Esta visão segue uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva.

Logo, nota-se que as tipologias textuais se mostram nos mais diversificados e inúmeros gêneros de texto. Os gêneros textuais aparecem em suportes diversificados, como jornal, parede, televisão, site, muro, livro, sugerindo, pelo espaço em que são utilizados, certos índices de contextos interpretativos. O suporte do texto caracteriza o espaço no qual a textualidade se vincula. Segundo Marcuschi (2008, p. 9):

Seria interessante observar como desde a antiguidade os suportes textuais variaram, indo das paredes interiores de cavernas à pedrinha, à tabuleta, ao pergaminho, ao papel, ao outdoor, para finalmente entrar no ambiente virtual da Internet. Ele é imprescindível para que o gênero circule na sociedade e deve ter alguma influência na natureza do gênero suportado.

Identificar, portanto, o tipo de texto empregado, no uso de determinado gênero textual, dentro de um certo suporte, se mostra um caminho indispensável a uma análise eficiente de qualquer texto. Suportes tradicionais e alternativos são empregados em discursos com variados objetivos. Pichações e panfletos e livros podem representar usos tradicionais e/ou transgressivos. A literatura marginal,





por exemplo, intenta criticar a ditadura militar brasileira em contextos de suportes informais, como portas de banheiro, muros e panfletos.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Citar um gênero textual que emprega o texto narrativo.
2. Demonstrar um gênero textual que utiliza o texto descritivo.
3. Exemplificar um gênero textual que trabalha a argumentação.
4. Apresentar um gênero textual que usa a exposição.
5. Expor um gênero textual que representa a injunção.
6. Explicar o que vem a ser um suporte textual e qual sua importância na análise de um texto.



11 GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo de opinião representa um ponto de vista defendido por seu autor. Nesse tipo de texto, predomina a argumentação. Destaca-se nesse gênero a opinião crítica a certos temas geralmente atuais e muitas vezes polêmicos. Comentários avaliativos se apresentam carregados de articulações argumentativas. O caráter dialógico com outras posições acerca do mesmo tema se faz presente na sustentação de posicionamentos diversos. Visões de grupos e de especialistas geralmente são apresentadas em julgamento. Fatos e temas se mostram comentados, discutidos, conflitados, questionados, tudo de forma a se defender um ponto de vista na tentativa de convencer o leitor a aceitar as ideias apresentadas.

Articulistas e especialistas em determinadas áreas se posicionam acerca de temas sociais, culturais, políticos, econômicos, ambientais, científicos, educacionais. Oliveira (2019) defende que o autor deve se preocupar com a autenticidade de suas ideias na discussão de temas de interesse coletivo, por isso deve assinar o texto e se responsabilizar pelo conteúdo expresso nele. Os artigos de opinião geralmente aparecem em suportes como jornais, revistas, sites.

Oliveira (2019) demonstra que a estrutura do artigo de opinião se apresenta organizada em introdução, início do texto, parte em que se apresentam as ideias que serão discutidas; desenvolvimento, meio do texto, parte em que se argumenta de modo mais aprofundado sobre as ideias apresentadas na introdução; e conclusão, parte em que se finaliza o texto de forma coerente com o que foi discutido, geralmente apresentando uma proposta de intervenção sobre tema em debate.

Oliveira (2019), apresenta algumas orientações sobre a escrita de artigos de opinião: estudar o assunto antes de escrever; empregar linguagem adequada; selecionar argumentos a serem empregados na fundamentação das ideias; buscar título convidativo; confirmar na conclusão a ideia principal defendida. Para tanto, Oliveira (2019) sugere a exploração de causas e consequências; a comparação entre tempos e espaços; a antecipação de contra-argumentos.



Essas recomendações ajudam a quem deseja argumentar acerca de tema de interesse público.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Verificar os meios mais comuns em que se encontram artigos de opinião.
2. Avaliar a importância dos artigos de opinião na discussão de temas de interesse público.
3. Demonstrar a importância da argumentação na confecção de artigos de opinião.



12 PL 246/2019 “PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO” EM DEBATE

O Projeto de Lei nº 246, de 2019, apresentado pela Deputada Federal Bia Kicis, sugere a instituição do “Programa Escola sem Partido”, o qual define, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, algumas regras de comportamento no ambiente escolar.

De maneira geral, com base no Art. 1º, defendem-se os argumentos a seguir: dignidade da pessoa humana; neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; liberdade de consciência e de crença; direito à intimidade; proteção integral da criança e do adolescente; direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania; direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, conforme assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Essa proposta tem sido alvo de críticas surgidas de renomados teóricos da educação, sobretudo da Educação Profissional e Tecnológica, que defende em seus princípios a formação emancipadora da classe trabalhadora, a partir de uma formação ampla e questionadora da realidade do mundo do trabalho.

Sobre o respeito à dignidade humana, Frigotto (2017, p. 31) afirma que, nesse sentido de respeito, o professor deve não só ensinar, mas também educar:

A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos.

Com relação à neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, Freire (1996) considera a neutralidade impossível. Desse modo convivem na escola diversidades políticas e religiosas e ideológicas que precisam se respeitar, de modo civilizado, sem se abrir mão do debate democrático de enriquecimento do conhecimento:

A pretensa imparcialidade exigida do professor tem como objetivo principal a produção e a inserção de sujeitos acrílicos, despolitizados e desorganizados no meio social. É o retorno ao arcaico projeto pedagógico do “ler, escrever e contar”. Para os autores da lei, o mundo do trabalho e o projeto de sociedade com a qual eles sonham não





necessitam de cidadãos conscientes, questionadores e transformadores de uma realidade injusta que beneficia apenas as elites. (OLIVEIRA E SOUZA, 2017, p. 128)

Acerca do respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, percebe-se que a base da escola se concentra nas diversidades teóricas e práticas de ensino e aprendizagem. Por isso, Mizukami (2019) defende que as abordagens pedagógicas devem ser interdisciplinarmente trabalhadas conforme a realidade de cada turma, mesclando-se concepções humanistas, socioculturais e tradicionais, entre demais abordagens de ensino.

Abordando a *doxa* e o *logos*, opinião e razão, respectivamente, Oliveira e Souza (2017, p. 123), exprimem pluralidade conceitual na Educação:

Ora, esta pluralidade de ensinamentos preconizada pela Lei da Mordaza já se pratica nas salas de aulas das escolas e universidades brasileiras. Em todas elas, é dado amplo espaço e ensinadas com a mesma seriedade as ideias (*logos*) mais divergentes já elaboradas por físicos, biólogos, sociólogos, filósofos, geógrafos, químicos, matemáticos ao longo da história do pensamento ocidental, em todos os campos do conhecimento. Muitas delas, divergentes; outras, complementares. Isto porque instituições de ensino não são espaços destinados à *doxa*, mas ao *logos*.

Com respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, nota-se que o PL “Programa Escola sem Partido” acaba por atacar esse direito de liberdade de ensino, quando intenta limitar a voz do professor na sua prática escolar. Penna (2017, p. 37) questiona o “Programa Escola sem Partido”, o qual propõe uma Educação apenas escolarizada, instrutora, sem formação crítica, na tentativa de tachar como doutrinadores os professores que estimulam debates sobre temas da realidade:

A afirmativa de que o professor não poderia discutir essa realidade, ele teria que se ater à sua matéria – e nós sabemos que isso na prática é impossível, porque dialogar com a realidade do aluno é um princípio educacional estabelecido para tornar o ensino das disciplinas significativo.

No tocante à liberdade de consciência e de crença, entendendo a necessidade de se valorizar tal liberdade, inclusive respeitando-se a diversidade de crenças e consciências, em convívio pacífico, Penna (2017, p. 46) salienta:

Eu trouxe duas que estão no *blog* “De olho no livro didático”, de um membro do Escola sem Partido chamado Orley Silva, se não me engano. Uma das denúncias mais recentes diz o seguinte: Candomblé e Umbanda em livros didáticos de 2016 do MEC para ensino fundamental. Alunos de escolas públicas e privadas, inclusive confessionais, que estudarem com os livros didáticos de 2016 do MEC, ou seja, crianças de





6 a 10 anos, serão doutrinados sistematicamente no Candomblé e na Umbanda”, se é que vocês podem acreditar nisso. Por que eles estão dizendo que tem doutrinação religiosa de Candomblé e Umbanda? Só por conta disso, uma imagem de Xangô acompanhada da legenda “Xangô: Deus do trovão e da Justiça. O símbolo desse orixá é um machado de duas lanças chamado oxé. Esse machado representa a justiça”. Por que isso é doutrinação religiosa de Candomblé e Umbanda? Quando são apresentados Zeus, Apolo e Afrodite, esses seriam deuses neutros? Percebem? É um ataque a determinadas formas de pensar, determinadas crenças. [...] Eu vejo aqui um ódio à democracia, literalmente, não querer conviver com a diferença na escola, não querer dialogar com outras crenças.

Quanto ao direito à intimidade e à proteção integral da criança e do adolescente, compreende-se a necessidade de se respeitar todas as intimidades trazidas para a escola, seja ela de pensamento, comportamento, crença, ideologia, sexualidade. Assim, uns devem respeitar a intimidade de outros, de forma civilizada.

Desse modo, Mattos et. al. (2017, p. 93 e 94), questionando as ideias conservadoras do “Programa Escola sem Partido”, apontam para a busca de vigilância de intimidades ligadas à questão de gênero:

Atualmente, o viés conservador dos projetos de lei relacionados ao Escola sem Partido tem como carro chefe o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, que tem sido tratado pelo movimento como o grande inimigo a ser combatido pelas famílias nas escolas. Na prática, pretende-se inviabilizar e mesmo criminalizar todas as iniciativas educativas propostas por professoras e professores que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual (na escola e na sociedade), o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia. Além disso, materiais didáticos e paradidáticos com abordagem crítica e reflexiva sobre esses temas têm sido alvos de ataques pelos partidários do movimento. Seus defensores vêm afirmando que esse tipo de material e discussão “doutrinam” estudantes, forçando-os a aceitar a “ideologia de gênero”. A própria expressão “ideologia de gênero” vem ganhando força nacional e internacionalmente para identificar, de maneira tendenciosa e pejorativa, pesquisas, práticas e debates que problematizem as relações de poder hierárquicas ou de opressão entre os gêneros, a heteronormatividade compulsória dos espaços escolares e a LGBTfobia presentes em nossa sociedade. Como vem sendo pautado pelos partidários do Escola sem Partido, o combate à “ideologia de gênero” apaga as demandas das educadoras e dos educadores que conhecem o cotidiano das escolas, suas necessidades e seus problemas, e que se veem diariamente desafiados por questões de gênero e sexualidade que eclodem em suas salas de aula, corredores e pátios. Lidar com questões que surgem no cotidiano escolar envolvendo gênero e sexualidade, com os recursos disponíveis, é um desafio enfrentado por docentes de todo o país. As demandas surgem cotidianamente, trazidas por estudantes, familiares e comunidade escolar, e desafiam professoras e professores a propor práticas e discussões que dialoguem com os conflitos emergentes.





Mattos et. al. (2017) explicam que a questão de gênero ocorre cotidianamente nas salas de aula, por isso se torna necessária a discussão. O tema não se faz inventado por professores e materiais didáticos. Existe nas escolas e precisa ser estudado e compreendido de forma respeitosa. A proteção da criança e do adolescente nesse contexto de gênero deve ser o objetivo central da Educação transformadora. Por isso, o combate a preconceitos vários tem de ser ensinado, a fim de se proteger a liberdade de existência de cada um na sua intimidade.

Referindo-se ao direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania, pode-se dizer que em geral, ainda que considerando que muitas escolas não têm o investimento de que necessitam para a execução de trabalho adequado, a escola já costuma informar, aos pais e responsáveis e aos estudantes, calendários, planos de curso, data de reuniões, lista de materiais. Quanto à cidadania, os estudantes têm direito a discutir a realidade educacional do país. Nesse questionamento, Mattos et. al. (2017, p. 100), referindo-se às ocupações das escolas por estudantes, descrevem a cidadania discente:

Nas ocupações de várias escolas de diferentes Estados do Brasil – e também de outras partes do mundo, como no Chile – (Zibas, 2008), milhares de estudantes têm se mostrado ativos diante dos problemas que atingem a educação, posicionando-se como interlocutores/as políticos/as na reivindicação de participar das tomadas de decisão daquilo que lhes diz respeito. Ao contrário do que o PL do Programa Escola sem Partido propaga sobre a suposta manipulação de estudantes por professores e professoras, nos movimentos de ocupação observamos jovens resistentes, críticos/as da situação de descaso que vive a educação pública do país e do seu papel no processo de transformação. Na demanda por melhores condições para suas escolas e para a educação como um todo, os e as jovens também reivindicam sua participação na transmissão do legado cultural.

Em vista disso, observa-se a importância de estudantes informados sobre os investimentos educacionais. Conhecendo seus direitos e deveres, os estudantes podem exercer sua cidadania na cobrança por mais investimento na Educação. Nesse aspecto, a proposta do “Programa Escola sem Partido” de proibir a grêmios estudantis de realizarem atividades políticas se mostra bastante tendenciosa no tocante a evitar manifestações politizadas de defesa da educação universal, laica, pública e gratuita de qualidade.





No quesito direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, conforme assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, importa destacar a importância de se respeitar cada crença, mas de se atacar crimes de preconceito. Sendo assim, cabe à escola apregoar o respeito em sala das diversas religiões. Sobre o ensino religioso e moral das famílias, Bárbara, Bicalho e Cunha (2017, p. 110) constata:

É nesse sentido que atua a máxima “meu filho, minhas regras”, propagada pelo projeto em discussão. Para conseguir maior adesão da população e justificar a proteção da família, da criança e do adolescente, o projeto inventa categorias como a “ideologia de gênero” onde, segundo propaganda partidária veiculada na mídia televisiva, o professor estaria “fazendo a cabeça” da criança desde a educação infantil, de que “menino pode ser menina e menina pode ser menino”. Daí em diante, passa-se a defender que questões morais, religiosas e ideológicas seriam propriedade privada da educação familiar, enquanto ao professor se destinaria a função de apenas instruir. Utilizando-se de categorias como neutralidade científica em sobreposição à liberdade de expressão e de pensamento, o que se quer é o controle do trabalho de professores e técnicos da educação para que eles atuem apenas na produção de subjetividades normalizadas.

Penna (2017, p. 124), organizando espaços religiosos e educacionais, questiona:

O Projeto de Lei (PL) provoca outra confusão quanto aos espaços adequados para o aprendizado de doutrinas e aqueles destinados à disseminação da Filosofia e da ciência. Os lugares para o ensinamento de doutrinas religiosas são os lares e os templos religiosos, não a escola. Nesta, os alunos devem estudar a religião, enquanto fenômeno humano e as relações que diferentes sociedades estabeleceram com o divino ao longo do tempo (monoteísmo, politeísmo, animismo, antropomorfismo e zoomorfismo dos deuses), assim como as relações dos homens com as coisas consideradas sagradas (símbolos e lugares) e analisar, dentro de seu devido contexto histórico, as divergências doutrinárias havidas entre a Reforma Protestante e Contrarreforma Católica, a atuação dos jesuítas no Brasil, entre outros.

Os questionamentos aqui apresentados de renomados educadores ao PL “Programa Escola sem Partido” revelam certas provocações necessárias ao debate sobre o referido projeto, objetivando-se a valorização da educação universal, laica, pública e gratuita de qualidade.



ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Resumir em um parágrafo as ideias principais defendidas no PL 246 “Programa Escola sem Partido”.
2. Pesquisar o percurso de apresentação e aprovação nos estados brasileiros de projetos com o teor do “Programa Escola sem Partido”.
2. Sintetizar em um parágrafo os questionamentos de teóricos da EPT ao PL 246 “Programa Escola sem Partido”.
3. Apresentar o posicionamento do STF sobre o PL 246/2019 “Programa Escola sem Partido”.
4. Escrever um parágrafo apresentando seu posicionamento acerca do PL 246 “Programa Escola sem Partido”.





13 ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO

Seguindo-se as orientações referentes à organização dos parágrafos, solicita-se dos participantes da pesquisa a produção de textos argumentativos sobre o PL “Programa Escola sem Partido” tensionado com a Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, define-se a produção de um texto com título, estruturado em no máximo 25 linhas escritas, contando com o título exigido. Delimita-se a organização de cinco parágrafos: no primeiro parágrafo, apresenta-se o tema e três argumentos que serão desenvolvidos; nos três parágrafos de desenvolvimento, desenvolvem-se as três argumentações apresentadas na introdução, cada uma em um parágrafo próprio; por fim, no último parágrafo, na conclusão, finaliza-se o texto conforme as ideias discutidas, apresentando-se uma postura de intervenção sobre o tema discutido.

Depois disso, os textos, sem identificação de autoria, são trocados entre os pares para que este possam avaliar o trabalho dos colegas, conforme os critérios estabelecidos, dentro das exigências acentuadas na tabela a seguir:

CRITÉRIO	MÁXIMO	NOTA DO AVALIADOR
Máximo de 25 linhas escritas:	1,0	
Correspondência entre título e conteúdo:	1,5	
Desenvolvimento adequado à introdução apresentada:	1,5	
Conclusão coerente com as ideias defendidas:	1,5	
Proposição consistente, construtiva e reflexiva:	1,5	
Linguagem clara, objetiva e respeitosa:	1,5	
Conteúdo articulado com os objetivos propostos no debate:	1,5	
Soma:	10,0	

Comentário/sugestões do colega avaliador:





14 AVALIAÇÃO POR PARES

A avaliação por pares gira em torno de analisar para aprovar ou reprovar certos estudos ainda não concluídos, bem como sugerir melhorias em estudos.

Caliri et al. (2012) questiona a subjetividade na avaliação por pares, ainda que entenda sua importância na construção do conhecimento. Para se evitar a sobreposição da subjetividade na avaliação por pares, Caliri et al. (2012) defendem o atendimento a critérios objetivos estipulados.

Caliri et al. (2012) descrevem que existem duas formas de avaliação por pares: a explícita, aberta, em que autores e avaliadores são identificados; e a “duplo cego”, na qual pesquisadores e avaliadores não se mostram identificados.

Nesse sentido, Caliri et al. (2012, p. 803) alertam:

A revisão por pares pode assumir um caráter pedagógico, quando os revisores indicam as falhas e deficiências, dão sugestões e encorajam os autores a melhorarem seus manuscritos em tom construtivo, ou em caráter punitivo, quando os revisores apresentam comentários negativos, “duros”, tom desrespeitoso, o que pode repercutir de forma negativa para o autor.

Caliri et al. (2012) manifestam que o formato “duplo cego” garante mais isenção aos avaliadores, segundo observação de pesquisadores avaliados.

Observando alguns depoimentos de autores avaliados por pares, Caliri et al. (2012) demonstram que alguns pesquisadores se mostram agradecidos por sugestões construtivas, enquanto outros condenam manifestações desrespeitosas em algumas avaliações.

Na proposição de melhoria na avaliação por pares, Caliri et al. (2012) revelam a necessidade de se capacitar quem avalia. Para tanto, os autores defendem a não identificação dos avaliadores, ainda que saibam que muitos avaliadores demonstrem interesse em ter reconhecido seu parecer de avaliação.

Sendo assim, embora apontem algumas dificuldades da avaliação por pares, Caliri et al. (2012) acreditam na importância desse processo pedagógico e



sugerem mais preparação dos revisores no que diz respeito ao atendimento avaliativo dos critérios estabelecidos.

Levando em conta essas considerações sobre a avaliação por pares, a presente pesquisa, tensionando o PL “Programa Escola sem Partido” na EPT, busca debater o referido PL em sala de aula com alunos do Ensino Médio Profissionalizante, a fim de produzirem, acerca do assunto, textos do gênero textual artigo de opinião, para serem avaliados anonimamente pelos pares da turma.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO TEMÁTICA

1. Sintetizar o que vem a ser avaliação por pares.
2. Apresentar os tipos mais comuns de avaliação por pares.
3. Posicionar-se sobre a importância da avaliação por pares no processo de aprendizado.





15 BREVE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO AVALIADOS PELOS PARES

Esta atividade de pesquisa qualitativa, tomando por base o aspecto dialógico da prática pedagógica, defendido por Freire (1996), realizada em uma turma do curso técnico em Logística, subsequente, na aula de Redação técnica, contou com a participação de 22 alunos, todos de maioria.

O artigo de opinião foi o gênero textual trabalhado, com a finalidade de promoção de debates colaborativos a partir de reflexões temáticas, com liberdade de pensamento e respeito a opiniões convergentes e divergentes, na busca de conhecimento fundamentado.

Como forma de desenvolvimento do trabalho de pesquisa, abordou-se, na temática de debate e produção de texto, A autonomia da Educação Profissional e Tecnológica tensionando o PL 246/2019 “Programa Escola sem Partido”. O objetivo do trabalho girou em torno da promoção do envolvimento dos alunos em debate de interesse público. O estudo do tema ocorreu com textualização e avaliação por pares de modo a não se identificar a autoria da reflexão apresentada pelos pares.

Na aplicação desse Produto Educacional, foram realizadas, de forma sequencial, leituras voltadas para a execução da produção textual do gênero artigo de opinião. Primeiro: leitura do texto sobre o princípio educativo do trabalho, com o objetivo de aquecer o debate acerca da relação trabalho/educação; segundo: leitura do texto sobre Educação Profissional e Tecnológica, com o propósito de evidenciar a importância da formação cidadã da classe trabalhadora; terceiro, leitura do texto sobre tipos de texto, gêneros e suportes textuais, a fim de se chegar depois à produção e avaliação por pares de determinado gênero; quarto: leitura do texto sobre o gênero artigo de opinião; quinto: leitura do texto sobre o PL 246/2019 “Programa Escola sem Partido”, objetivando estudar a proposta e as críticas ao projeto apresentadas por renomados autores da Educação Profissional e Tecnológica; sexto: leitura do texto sobre avaliação por pares, como aquecimento e entendimento da atividade a ser realizada; sétimo: leitura da atividade de produção de artigos de opinião, seguida de avaliação por pares, sem identificação de autoria, com respeito ao texto do colega e maturidade





avaliativa, restringindo a avaliação apenas aos critérios estipulados no quadro avaliativo e limitando os eventuais comentários à crítica construtiva, visto que comentários desrespeitosos seriam desconsiderados. Importa salientar que todas as leituras realizadas trouxeram suas devidas referências articuladas ao campo educacional.

Depois de se debater o assunto e se produzirem artigos de opinião, os textos foram distribuídos aos pares para avaliarem o trabalho do colega em uma nota de zero a dez, conforme tabela entregue acerca dos critérios de avaliação. Além da nota em cada item predeterminado, ainda se reservou espaço de comentário/sugestão ao colega avaliador.

Nas avaliações e comentários/sugestões, nota-se claramente que houve avaliação madura dos pares, os quais se prenderam aos critérios estabelecidos: a) máximo de 25 linhas escritas: 1,0 ponto; b) correspondência entre título e conteúdo: 1,5 ponto; c) desenvolvimento adequado à introdução apresentada: 1,5 ponto; d) conclusão coerente com as ideias defendidas: 1,5 ponto; e) proposição consistente, construtiva e reflexiva: 1,5 ponto; f) linguagem clara, objetiva e respeitosa: 1,5 ponto; g) conteúdo articulado com os objetivos propostos no debate: 1,5 ponto.

Os fragmentos dos textos produzidos nesta análise se apresentam de forma original, exatamente como escritos por seus autores, sem qualquer tipo de revisão/alteração.

No texto 1, por exemplo, que recebeu nota 10,0 do par avaliador, o autor do texto apresentou os argumentos e contra-argumentos do PL 246/2019 “Programa Escola sem Partido” e concluiu o texto se posicionando acerca do projeto:

“Em contrapartida, é válido afirmar, que a educação sexual, gênero e orientação sexual nas escolas é de extrema importância, visto que, o Brasil é o país que mais mata LGBT do mundo, e com essas discussões abordadas em sala de aula, talvez seja possível que preconceitos como homofobia, transfobia e machismo diminuam e a educação sexual pode prevenir, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, casos de abuso e violência contra mulheres e a comunidade LGBT.”

Sobre esse texto avaliado, o par avaliador comentou se tratar de texto claro e objetivo.





No texto 2, que recebeu nota 8,5 do par avaliador, tendo sido descontado 0,5 ponto nos itens “a”, “d” e “f”, o autor em questão, em suma, se posiciona contrário aos alunos receberem apenas a influência dos pais:

“A escola deve respeitar os valores familiares, mas é impossível que o professor evite contradizer as convicções vindas das diversas famílias dos diversos alunos sem comprometer o caráter educativo da escola. O professor que desrespeitar essas leis impostas perderá o emprego e corre risco até de ser preso, portanto o professor não poderá mostrar ao aluno a opinião dele sobre determinado assunto, sendo que o aluno tem total liberdade de ouvir outras opiniões sem ser a dos pais para criar a sua própria opinião.”

Destaca-se a observação do colega avaliador acerca de se tratar de um texto bom, porém com alguns erros gramaticais.

No texto 3, que recebeu nota 8,0 do par avaliador, tendo sido descontado 1,0 ponto no item “a”, e 0,5 pontos nos itens “b” e “d”, o autor, depois de apresentar a proposta do PL246/2019, expressa sua posição sobre o assunto:

“Frequentamos um ambiente com pessoas que tem pensamentos diferentes e opiniões, a pessoa expressar sua forma de pensar não é doutrinação, ela não vai fazer pessoas se influenciar só por causa do modo de pensar. Hoje as pessoas sempre querem expressar suas opiniões e isso é ótimo, podemos entender a forma de cada pensamento das pessoas do nosso convívio, podemos ter um debate saudável, entender ambos os lados e respeitar. Os professores podem falar sobre as coisas atualmente, debater com os alunos alguns assuntos importantes para o nosso conhecimento, os jovens tem opinião própria e sabem o que desejam, então podemos ouvir claramente o que as pessoas querem transmitir com sua forma de pensar, o dialogo do professor faz a gente entender as coisas mais facilmente e assim podemos ter mais conhecimento.”

Atenta-se para o comentário do colega avaliador:

“Seu texto ultrapassou o número de linhas proposto, o que ocasionou na perda de pontos. Seu artigo ficou bem claro, porém o título ficou um pouco ‘clichê’, tirando essas duas ressalvas, o texto ficou bem claro e bem relacionado com suas opiniões, parabéns!!”

No texto 4, que recebeu nota 6,0, tendo sido descontado 1,0 ponto do item “b” e 0,5 ponto dos itens “c”, “d”, “e”, “f”, e 1,0 ponto do item “g”, o autor assume-se contrário ao PL 246/2019:

“Na minha visão em um ambiente de estudo se deve trabalhar com fatos e não opiniões, creio também que se deve abordar assuntos como sexualidade sim, principalmente para crianças, ensinando as mesmas que talvez alguma brincadeira que uma pessoa mais velha tem com ela não é correto, porém de uma forma educacional, pois creio que evitaria muito casos de assédio e estupro infantil, me lembro de estudar “ensino religioso” em minha escola no fundamental, logo achei muito edificante aprender sobre outras religiões, religiões africanas, asiáticas, cultura que





soa pouco difundidas em nosso ensino. De maneira geral sou contra o escola sem partido não acredito ser a melhor medida para formar uma sociedade bem estruturada e com bons cidadãos.”

O colega avaliador se contentou com a avaliação dos critérios, sem escrever comentários.

No texto 5, que recebeu nota 9,1, tendo sido descontado 0,2 ponto dos itens “c”, “d”, “e” e “f”, como também 0,1 ponto do item “g”, o autor reflete sobre o modelo de escola brasileiro e exhibe seu posicionamento sobre o tema em debate:

“No entanto, ignora-se que o nosso próprio modelo escolar brasileiro já é doutrinário em si mesmo e, da forma que está, independente do que os professores fizerem em relação aos seus alunos ou vice-versa, a doutrinação ocorrerá. Cada estudante chega à escola com sua história, aprendizados, religião, cultura familiar. O que a escola faz é ensinar a refletir, a duvidar, a perguntar, a querer saber mais. Não existe isso do professor fazer cabeça do estudante. À medida que o estudante lê, pesquisa, escreve e se aprofunda, ele vai dando sentido pra história dele. Escola é o lugar de muitas opiniões.”

O colega avaliador não teceu comentários acerca do texto, apenas atribui nota.

No texto 6, que recebeu nota 8,7, tendo sido descontado 0,3 ponto do item “d”, e 0,5 ponto dos itens “f” e “g”, o autor apresenta seus argumentos acerca do debate proposto:

“Outro ponto negativo da Escola sem Partido é que segue a tendência do Brasil de não se discutir ou debater educação e é apenas uma maneira de afastar as questões educacionais realmente relevantes, subordinando assuntos como os de ideologia ou doutrinação. E isso é realmente ruim, pois deixa-se de lado o que importa de verdade para o Brasil atual. Também vale ressaltar que não existe escola e/ou professor neutro, que fiquem em cima do muro nos assuntos, pois sempre se expressa um ponto de vista e a defesa do que se acredita. Na Escola sem Partido, pessoas são obrigadas a se calar e não expressar absolutamente nada sobre sua opinião, e isso é inaceitável. Concluindo, a Escola sem Partido tira o direito de os alunos pensarem e debaterem dentro da sala de aula com seus professores e desvia um assunto que era para ser mais discutido no Congresso, que é as condições das escolas públicas e hospitais.”

O colega avaliador atribuiu nota e não apresentou comentários sobre o texto.

No texto 7, que recebeu 10,0, o autor defende seu ponto de vista sobre a proposta do PL 246/2019:

“É inegável que pode haver discordância de ideias entre aluno e docente, essa situação é muito comum, afinal todo indivíduo carrega uma bagagem de experiências e crenças do qual acredita. É até importante existir esse choque de ideias, já que assim percebemos que nossa opinião não é a única e pôde-se discutir sobre em um debate saudável e de conhecimento para ambos os lados. Em suma, todo professor tem o direito de se expressar, já que o ato de ensinar tem implícito o ato de





educar. O ensino deve criar pessoas críticas e de opiniões próprias, e nada pode ajudar mais do que perspectivas diferentes e debates saudáveis, isso não é doutrinação e sim passagem de conhecimento.”

O colega avaliador comenta: “O texto segue todos os critérios de avaliação, é claro e objetivo e deixa claro a opinião do autor sobre o tema.”

No texto 8, que recebeu nota 8,0, tendo sido descontado 1,5 ponto no item “b” e 0,5 ponto no item “f”, o autor revela sua crítica ao sistema escolar:

“Torna-se incontestável portanto que, a culpa por haver doutrinação nas escolas não é do professor, mas sim do monopólio da educação pelo Estado, seja pela proibição da educação domiciliar ou mesmo pelo controle da grade curricular. Por esse motivo, deve-se buscar medidas mais eficientes para que o autoritarismo nas escolas não seja mais uma pauta relevante em nossa sociedade. Para isso, o Governo Federal em conjunto com o poder Legislativo, deverá primeiramente retirar a regularização curricular unificada, promovendo cartas que deslegitimam a necessidade da uniformidade de pensamento e que reforce o direito à liberdade de ensino na escola.”

O colega avaliador se limitou a atribuir nota somente, sem comentar o texto avaliado.

No texto 9, que recebeu nota 10, o autor apresenta seu ponto de vista favorável ao PL 246/2019:

“A escola sem partido estabelece aos alunos seus direitos e deixa claro os assuntos que um professor pode ou não abordar em sala de aula. Não é dever de um professor doutrinar alunos e nem abordar assuntos sobre educação sexual ou ideologia de gênero no ambiente escolar. O professor tem liberdade de ensinar sua matéria e transmitir seu ponto de vista com equilíbrio, mas não fazer dela uma doutrina. Doutrinar é expor opinião ou ponto de vista afim de convencer o outro. Os professores tramitem nos alunos sua visão própria de mundo, e acabam doutrinando ideologicamente os alunos. Pensamentos ideológicos dos professores não devem ser transmitido aos alunos.”

Demonstrando maturidade avaliativa, o colega avaliador soube separar sua própria opinião da avaliação sobre o texto avaliado do par:

“Texto muito coerente e interessante, apesar de ter uma opinião diferente do escritor, creio que ele expressou muito bem suas ideias e soube defender seu ponto de vista, ao meu ver nota máxima.”

No texto 10, que recebeu nota 9,25, tendo sido descontado 0,5 no item “b” e 0,25 no item “d”, o autor questiona a neutralidade:

“Ao falar em má formação acadêmica e pessoal dos estudantes, refere-se à falta de expressão e liberdade de posicionar-se, pois se o professor não pode se expor e expressar sua opinião sobre determinado assunto, não será possível um debate ou ao menos o questionamento dos alunos,





onde cada um expressa seu ponto de vista. Por isso, uma escola onde um professor promove debates e apresenta sua visão sobre determinados assuntos, quer sejam políticos ou religiosos, ampliará a forma em que os alunos enxergam tais questões, e trará possibilidades de outros caminhos a se traçar.”

O colega avaliador teceu os seguintes comentários sobre o texto avaliado:

“Não vi muita conexão do título e conteúdo do texto, sendo que esta abordando mais a questão sobre liberdade e não neutralidade. Achei a conclusão um pouco pobre de defesa do apresentado.”

Como se observa pelos comentários do par avaliador, ele poderia ter descontado pontos referentes à crítica que faz quanto ao conteúdo lido, mas o fez, apenas deixa o comentário construtivo.

No texto 11, que recebeu nota 8,5, tendo sido descontado 1,5 no item “b”, o autor manifesta sua posição contrária em relação ao PL 256/2019:

“O ambiente escolar deveria ser um local para ensinar e educar as pessoas sobre todos os assuntos e com respeito, pois o exercício da cidadania se faz quando uma sabe minimamente discutir sobre tal assunto e não meramente aceitá-lo goela abaixo. Realmente, o viés conservador de boa parte da população esta impedindo que o direito de expressar e compartilhar conhecimentos sejam levados aos estudantes com a desculpa de que seriam conteúdos imparciais e sim doutrinação. Mas esse impedimento de apresentação dos temas já não seria uma forma de impor uma doutrinação? Mizukami no texto defende claramente que as abordagens pedagógicas devem ser interdisciplinares e trabalhadas conforme a realidade de cada turma, mas o projeto faz o contrário, limitando a voz dos professores perante seus alunos.”

O colega avaliador não escreveu comentário, apenas atribuiu nota.

Dessa forma, nota-se que o método de avaliação por pares nesta pesquisa contribuiu na colocação dos alunos como protagonistas da busca pela reflexão que gera conhecimento a partir de metodologia ativa de aprendizagem.

A avaliação da pesquisa revelou o entendimento da metodologia adotada de avaliação por pares, por meio da busca valorizada de apresentação de ponto de vista a ser avaliado pelos colegas. De forma participativa, o trabalho trouxe aprendizados a todos os envolvidos.

Fragmentos relevantes dos artigos de opinião produzidos e avaliados por pares foram comentados acerca do atendimento aos critérios de avaliação combinados. Observou-se que o uso da avaliação por pares em sala se mostra muito importante ao aprendizado ativo, em que os estudantes se veem como protagonistas no processo educacional.





Nas análises realizadas dos textos produzidos e das avaliações por pares executadas, notou-se que os colegas avaliadores compreenderam a atividade proposta e limitaram suas avaliações aos critérios estabelecidos.

O objetivo do trabalho de pesquisa se ateve a estimular o debate educacional sobre a proposta do PL 246/2019, sem direcionamento, e sim com leitura de textos, apresentando argumentos e contra-argumentos ao Projeto de Lei em debate e solicitando aos alunos um posicionamento livre sobre o assunto. Com tal liberdade e com o entendimento dos critérios de avaliação estabelecidos, sem direcionamento de posturas, os estudantes, tanto na produção quanto na avaliação por pares, atenderam adequadamente aos critérios avaliativos.

A atividade de avaliação por pares demonstrou que, quando bem compreendida e aplicada com seriedade e atenção aos critérios de avaliação predeterminados, traz aspectos imprescindíveis de aprendizagem ativa, centrada na participação e nas contribuições dos próprios alunos, diferentemente da pedagogia tradicional, que se mostra verticalizada, na qual o professor ensina, e os alunos aprendem apenas com o professor. Debates temáticos dialogados, com busca de conhecimento enriquecido, objetivando produção de saberes avaliados em pares, conforme se notou na atividade de pesquisa, propiciam responsabilização e desenvolvimento crítico no processo de ensino e aprendizagem.



16 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste **Caderno Interdisciplinar de Redação com Orientações para o Enem** se pauta na utilização da avaliação mediada por pares no estudo e produção do gênero textual artigo de opinião. A partir de debate temático sobre a Educação Profissional e Tecnológica tensionando o PL “Programa Escola sem Partido”, encontra-se espaço democrático de liberdade de expressão acerca de assunto de interesse público.

A meta principal gira em torno de oferecer autonomia de contribuição na busca pelo aprendizado dialogal. Aproveitando-se da proposta temática, contextualiza-se interdisciplinarmente questões ligadas ao Enem, sobretudo a Prova de Redação. Assim sendo, linguagem, trabalho e cultura se identificam na articulação entre ciência, tecnologia e arte.

Por se tratar de um trabalho ligado à produção de gênero argumentativo, explicações sobre denotação e conotação na produção de textos literários e não literários se fazem necessárias, visto que se pretende demonstrar que o artigo de opinião constitui um texto não literário, no qual predomina a denotação. Além disso, a relação trabalho/educação se mostra apresentada como relevante em debate que tensiona a proposta do PL 246/2019 “Programa Escola sem Partido” com a autonomia da EPT e da educação como um todo.

Articulando-se a pesquisa realizada e a experiência profissional do autor na área de ensino de Redação, apresenta-se a produção deste Produto Educacional, voltado a contribuir no processo de ensino e aprendizagem, na sua metodologia dialógica, possibilitando a todos o uso do modelo deste método, variando as temáticas. Espera-se, portanto, a utilização ampla deste produto em cursos variados de redação.

Por tudo isso, este material interdisciplinar apresenta a alunos e professores tópicos discursivos importantes para a EPT na formação de alunos do Ensino Médio integrado.





REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. **Linguagem, linguagens**. In: REVISTA (COM) TEXTOS LINGUÍSTICOS / Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Mestrado em Estudos Linguísticos (PPGEL), UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS – Nº 2 (2008) -. Vitória: PPGEL, 2008- 200 Páginas – 15,5 x 22,0 cm.
- ARAÚJO, L. K. **Denotação e conotação**. Disponível em: <www.portugues.com.br>. Acesso em: 5 de mar. de 2021.
- ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Revista Educação em Questão, 52(38),61-80, 2015.
- AZEVEDO, M. A. **Frases interligadas que formam a ideia de um texto**. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/paragrafo>>. Acesso em: 9 de mar. de 2021.
- BARATO, Jarbas Novelino. **Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional**. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof, v.34, n. 3, 2008.
- BÁRBARA, I. S. M. S.; CUNHA, F. L.; BICALHO, P. P. G. **Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- BOTELHO, O. **Como evitar falácias**. Disponível em: <<http://apoioerevisao.blogspot.com/2012/10/como-evitar-falacias.html>>. Acesso em: 8 de mar. de 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2020: cartilha do participante**. Brasília, DF: INEP, 2020.
- CALIRI, Maria Helena Larcher; JENAL, Sabine; VITURI, Dagmar Willamowius; EZAIAS, Gabriela Machado; SILVA, Luiz Almeida da. **O Processo de revisão por pares: uma revisão integrativa de literatura**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n5/24.pdf>>. Acesso em 5 de out. de 2020.
- CARRAHER, D. **SENSE CRÍTICO: Do dia a dia às Ciências Humanas**. Editora Cengage Learning, 1983.
- CIAVATTA F., M. A. **O trabalho como princípio educativo - Uma investigação teórico-metodológica (1930-1960)**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, (Tese de Doutorado em Educação), 1990.
- DIANA, D. Conectivos. **Toda Matéria**, 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/conectivos/>>. Acesso em: 24 de mar. 2020.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual: uma introdução**. - 7. Ed. - São Paulo, Cortez, 2005.
- FECHUS. R. G. **Ouvi dizer que não devo generalizar. Mas o que é “generalizar”?** Disponível em: <<https://blog.plataformaredigir.com.br/help-ouvi>>





dizer-que-nao-devo-generalizar-mas-o-que-e-generalizar/>. Acesso em 19 de mar. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes da Pedagogia Necessários à Prática Educativa**. 36ª Edição. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes, 1996.

FRIGOTTO, G. (org). **ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GNIPPER, P. **O que é ciência, método científico e divulgação científica?**. Disponível em: <<https://canalteh.com.br/ciencia/o-que-e-ciencia-metodo-cientifico-e-divulgacao-cientifica-155693/>>. Acesso em 4 de mar. de 2021.

GUEDES, Paulo Coimbra; KLÜSENER, Renita; NEVES, Iara Conceição Bitencourt; SOUZA; Jusara Vieira; SHÄFFER, Neiva Otero (ORGANIZADORES). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. 6. Ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. **O que é Arte. História das Artes, 2021**. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/olho-vivo/o-que-e-arte/>>. Acesso em 04 mar 2021.

KOLOGY, A.; LUIZ, D. S. C.; ROSA, C. B. S. **Relações entre Estado e sociedade civil: Reflexões sobre perspectivas democráticas**. In: Aurora, ano V, número 8, agosto de 2011. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1270>>. Acesso em: 22 de mar. de 2021.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: Gêneros textuais & ensino / organizadoras: Angela Paiva dionisio, Anna Rachel Machado / Maria Auxiliadora Bezerra. - 4.ed. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, 232 p.; 23 cm.

MATOS, A. ET AL. **Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

CHRYSTAL, Méndes. 18 expressões racistas que você usa sem saber. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/18-expressoos-racistas-que-voce-usa-sem-saber/>>. Acesso em: 23 de mar. de 2021.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. - [reimpr.]- São Paulo: E.P.U., 2019.

MONTOIA, P. (2019). **A gente aprende lendo: como os verbos enriquecem seu texto**. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/redacao-para-o-enem-e-vestibular/a-gente-aprende-lendo-como-os-verbos-enriquecem-seu-texto/> em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/redacao-para-o-enem-e-vestibular/a-gente-aprende-lendo-como-os-verbos-enriquecem-seu-texto/>. Acesso em: 3 de ago. De 2021.

NADAI, M. 5 erros que você deve evitar para não ter nota baixa na redação do Enem. 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/redacao-para-o-enem-e-vestibular/5->





erros-que-voce-deve-evitar-para-nao-ter-nota-baixa-na-redacao-do-enem/>.
Acesso em: 23 de mar. de 2021.

NUNES, W. R. **Entenda a diferença entre Tema e Assunto da Redação Enem. 2020.** Disponível em: <[OLIVEIRA, F. **Artigo de Opinião.** 2019. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/artigo-de-opinioao>>. Acesso em 6 de mar de 2021.](https://blogdoenem.com.br/fuvest-tema-assunto-redacao/#:~:text=O%20Tema%20est%C3%A1%20contido%20no%20assunto,-Tema%20x%20Assunto&text=Ou%20seja%2C%20o%20Assunto%20%C3%A9,recorte%20'dentro%20do%20assunto'>https://blogdoenem.com.br/fuvest-tema-assunto-redacao/#:~:text=O%20Tema%20est%C3%A1%20contido%20no%20assunto,-Tema%20x%20Assunto&text=Ou%20seja%2C%20o%20Assunto%20%C3%A9,recorte%20'dentro%20do%20assunto'>. Acesso em 25 de mar. de 2021.</p></div><div data-bbox=)

OLIVEIRA, T. F; SOUZA, R. F. **A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PENNA, F. A. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PEREZ, L. C. A. **Originalidade e senso comum.** Disponível em: <<https://www.portugues.com.br/redacao/originalidade-senso-comum.html>>. Acesso em: 23 de mar. de 2021.

PRADO, A. **Dica de redação: defenda sua posição, mas sem radicalismos.** Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/redacao-para-o-enem-e-vestibular/dica-de-redacao-defenda-sua-posicao-mas-sem-radicalismos/>>. Acesso em: 23 de mar. de 2021.

TOSCANO, V. **Melhore seu vocabulário na Redação e mande bem no Enem.** Disponível em: <<https://blogdoenem.com.br/vocabulario-redacao-enem/>>. Acesso em: 24 de mar. de 2021.